

EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

BREVE HISTÓRICO E CONTRIBUIÇÕES DA
UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL E DA
REDE E-TEC BRASIL



MARIZE LYRA SILVA PASSOS

EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO BRASIL

**breve histórico e contribuições da
Universidade Aberta do Brasil e da Rede
e-Tec Brasil**

1º edição

Vitória
Edição do Autor
2018

Copyright © Marize Lyra Silva Passos
Todos os direitos reservados

Capa

Michele Silva da Mata Caetano

Editoração

Aline Freitas da Silva Xavier

Marize Lyra Silva Passos

Michele Silva da Mata Caetano

Revisão de originais

Esther Ortlieb Faria de Almeida

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

	Passos, Marize Lyra Silva.
P289e	Educação a distância [recurso eletrônico]: breve histórico e contribuições da Universidade Aberta do Brasil e da Rede e-Tec Brasil / Marize Lyra Silva Passos. – Vitória, ES : edição do autor, 2018.
	1756Kb: il.; PDF
	Publicação Eletrônica.
	Modo de acesso: www.marizepassos.wixsite.com/home
	Inclui bibliografia
	ISBN: 978-85-924550-0-2
	1. Educação a distância. 2. Histórico. 3. Universidade Aberta do Brasil. 4. Rede e-Tec Brasil . I. Título.
	CDD: 371.35
	CDU: 371

Bibliotecária: Viviane Bessa Lopes Alvarenga CRB/06-745

Dedicatória

*Ao meu marido, Toninho Passos,
que foi meu modelo inspirador, que
me apoiou, incentivou e me
acompanha em minha caminhada e
na realização de meus sonhos.*

*A minha amiga Isaura que está
sempre ao meu lado na missão de
promover uma educação de
qualidade no Brasil.*

SUMÁRIO



EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA	10
LINHA DO TEMPO DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA	23
A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO BRASIL	34
A LEGISLAÇÃO APLICÁVEL À EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA	46
O SISTEMA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL	58
A REDE E-TEC BRASIL	72
REFERÊNCIAS	78

PREFÁCIO



A Educação a Distância, que tem como característica a separação geográfica entre professor e alunos, vem a cada ano apresentando grande expansão dada à facilidade de acesso a cursos *online* por meio do uso de dispositivos conectados a internet.

Devido a esse crescimento, vemos a importância desse livro ao apresentar ao leitor um breve histórico sobre a Educação a Distância e, em particular, sobre a Educação a Distância no Brasil, fundamentando-se por meio dos capítulos: Educação a Distância; Linha do tempo da Educação a Distância; Legislação aplicável à Educação a Distância; Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), Rede e-Tec Brasil.

No decorrer do texto é possível perceber as diferentes terminologias utilizadas pelos mais variados autores, mas é dado destaque às principais características que definem a Educação a Distância que consiste na separação entre professor e alunos, em relação a tempo e a espaço, e no uso de tecnologias de comunicação como apoio a realização dos processos educativos. Evidencia-se a importância do planejamento, do cuidado necessário para que o processo de ensino-aprendizagem decorra de forma efetiva, com professor/tutor atuante e aluno autônomo.

Enquanto histórico, o texto apresenta as 5 (cinco) gerações da Educação a Distância, quais sejam: estudo por correspondência; transmissão por rádio e televisão; universidades abertas; teleconferência; e estudo por meio

da internet, as quais foram sendo definidas a partir do avanço da tecnologia e de suas possibilidades de interação.

Quanto à história da Educação a Distância no Brasil, durante muitos anos foi utilizado o estudo por correspondência, tendo depois com grande destaque o uso de rádio e televisão na promoção de estudos a distância.

Mas só a partir de 2005 é que houve um crescimento expressivo da modalidade no país, com a criação do programa governamental, Universidade Aberta do Brasil, um consórcio importante para a oferta de cursos a distância, baseado no uso de ambientes virtuais de aprendizagem apoiados pelo uso de computadores com conexão à internet, tendo como principal meta expandir e interiorizar a oferta de cursos superiores no Brasil, com foco na formação de professores da educação básica.

Outro importante programa governamental, para o fomento de vagas na modalidade a distância, o Sistema Escola Técnica Aberta do Brasil (e-Tec Brasil), criado em 2007, surgiu com o objetivo de ampliar o número de vagas para educação técnica e profissional por meio da EaD.

A partir desse breve resgate teórico apresentado neste livro realizado pela professora Marize Lyra Silva Passos, no decorrer de suas pesquisas em Tecnologias na Educação e, mas especificamente, após anos atuando como professora na modalidade a distância, encontramos um importante referencial para o leitor que deseja conhecer os principais conceitos relacionados à Educação a Distância, bem como uma breve história da Educação a Distância no Brasil, com destaque aos programas UAB e Rede e-Tec Brasil.

Profa. Dra. Isaura Alcina Martins Nobre

APRESENTAÇÃO



A Educação a Distância não teve o seu início com o advento da Internet como muitos pensam. As primeiras experiências surgiram já no século XIX, com maior ocorrência na Europa, com o oferecimento de cursos por correspondência na Suécia, Reino Unido e Espanha, além dos Estados Unidos. No início do século XX, países como Austrália, Alemanha, Noruega, Canadá, França e África do Sul começam a realizar suas primeiras experiências com esse tipo de ensino.

No Brasil esta iniciou com a oferta de cursos por correspondência, o que foi durante mais de 20 anos a única forma de educação a distância do país. Entretanto, o uso das mídias da segunda geração, como o rádio e a televisão, foi explorado com bastante sucesso por meio de soluções específicas.

Na segunda metade do século XX a educação a distância começou a se fortalecer e se estabelecer como uma importante modalidade de ensino no país. Sendo a implantação desta modalidade, na rede pública de ensino, apoiada pelos programas Universidade Aberta do Brasil e Rede e-Tec Brasil.

Para entender as motivações que me levam a escrever este livro é necessário, primeiramente, entender o meu

envolvimento com essa modalidade de ensino. Tive meu primeiro contato com o tema durante a realização do meu mestrado, em 2002, sendo que no final de 2004 participei da construção do primeiro projeto de implantação da educação a distância (EaD) no Ifes. A partir de 2011 estou envolvida mais diretamente com educação a distância, nesta modalidade de ensino já atuei como tutora, professora conteudista, coordenadora de curso e coordenadora do programa Universidade Aberta do Brasil (UAB). Hoje, eu pesquiso sobre o tema nos grupos de pesquisa em que atuo.

É neste contexto que este livro surgiu visando atender a uma lacuna sobre a EaD no Brasil e tem por objetivo fazer um resgate histórico de como a educação a distância evoluiu no Brasil e a importância do programas governamentais Universidade Aberta do Brasil (UAB) e Rede e-Tec Brasil. Bem como a sua importância no processo de democratização e interiorização de cursos superiores e técnicos a distância.

Marize Lyra Silva Passos

EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA



Alguns autores questionam a validade do termo “educação a distância” por considerarem a presença física do aluno como um quesito “essencial para a intersubjetividade requerida em uma experiência de educação” (MAIA; MATTAR, 2007, p. 10). Outros, entretanto, defendem que não há nenhum problema com o uso do termo “educação a distância”, uma vez que é “possível a educação a distância, muitas vezes inclusive de maneira mais intensa e proveitosa do que no caso da educação presencial” (MAIA; MATTAR, 2007, p. 10). Também, Moore e Kearsley (2007) afirmam que o termo “educação” deve ser usado quando se quer estudar a relação entre a aprendizagem e o ensino.

A modalidade de Educação a Distância (EaD), nos níveis governamentais e institucionais, foi implantada visando ao atendimento das seguintes necessidades: proporcionar crescente acesso a oportunidades de aprendizado e treinamento; gerar oportunidades para atualizar aptidões; reduzir custos dos recursos educacionais existentes; melhorar a capacitação do sistema educacional; nivelar desigualdades entre grupos etários; direcionar campanhas educacionais para públicos-alvo específicos; proporcionar treinamento de emergência para grupos-alvo; aumentar a oferta de educação em novas áreas de conhecimento;

oferecer uma combinação de educação com a vida profissional e a familiar; agregar uma dimensão internacional à experiência educacional (MOORE; KEARSLEY, 2007).

Ainda não existe no mundo uma denominação padrão para a Educação a Distância. Segundo Maia e Mattar (2007), essa modalidade de ensino recebeu denominações diferentes em vários países: educação ou estudo por correspondência, no Reino Unido; estudo em casa e estudo independente, nos Estados Unidos; estudos externos, na Austrália; tele-ensino ou ensino a distância, na França; estudo ou ensino a distância, na Alemanha; educação a distância, na Espanha; tele-educação, em Portugal; educação a distância, no Brasil; etc.

Quadro 1 - Variação da terminologia da EaD

Terminologia mais usual	Período de domínio
Ensino por correspondência.	Desde a década de 1830, até as primeiras décadas do século XX.
Ensino a distância; educação a distância; educação permanente ou continuada.	Décadas de 1930 e 1940.
Tele-educação (rádio e televisão em <i>broadcasting</i>).	Início da segunda metade do século XX.
Educação aberta e a distância.	Final da década de 1960 (<i>Open University</i> , do Reino Unido- ICDE).
Aprendizagem a distância; aprendizagem aberta e a distância.	Décadas de 1970 e 1980.
Aprendizagem por computador.	Década de 1980.
<i>E-learning</i> ; aprendizagem virtual.	Década de 1990.
Aprendizagem flexível.	Virada do século XX e primeira metade do século XXI.

Fonte: Formiga (2009, p. 44).

A terminologia usada para se referir à Educação a Distância variou, também, no tempo, como visto no quadro anterior. Segundo Formiga (2009), por influência da terminologia inglesa, na primeira metade do século XXI, ocorreu a predominância da terminologia “aprendizagem flexível”. Contudo, neste trabalho será mantida a terminologia educação a distância (EaD), pois no Brasil este termo ainda é utilizado, apesar de muitos estudiosos considerarem-na uma terminologia ultrapassada.

Assim como não há padronização em relação à terminologia utilizada para a educação a distância, também não há uma definição padrão, aceita por todos os autores, sobre o que é a EaD, apesar de existirem alguns pontos que são comuns a quase todas elas. Neste trabalho, será utilizada a definição de EaD baseada na Legislação Brasileira, e na ótica de autores como: Aretio (2002), Maia e Mattar (2007), Moore e Kearsley (2007), Moran (2002) e Peters (2009).

Na visão de Aretio,

O ensino a distância é um sistema tecnológico de comunicação bidirecional (multidirecional) que pode ser massivo, baseada na ação sistêmica e conjunta de recursos didáticos e com o apoio de uma tutoria organizada, que, separados fisicamente dos estudantes, propiciam a esses uma aprendizagem independente (cooperativa) (ARETIO, 2002. p. 26. Tradução nossa).

Maia e Mattar (2007, p. 6) propõem a seguinte definição para a educação a distância: “A EaD é uma modalidade de educação em que professor e alunos estão separados, planejada por instituições e que utilizam diversas tecnologias de comunicação”. Observa-se que a separação entre professores e alunos pode ocorrer em relação ao tempo e ao espaço, bem como também entre os próprios alunos. Assim, esses autores destacam que

[...] a filosofia que fundamenta essa proposta de ensino é simples: o aprendizado não deve ocorrer apenas na sala de aula. Aliás, na sociedade da informação e do conhecimento, a sala de aula tradicional [...] pode ser vista como o local menos propício para a educação (MAIA; MATTAR, 2007, p. 6).

Para Moore e Kearsley (2007, p. 2), “[...] a educação a distância é o aprendizado planejado que ocorre normalmente em um lugar diferente do local do ensino, exigindo técnicas especiais de criação do curso [...]” além disso é necessário utilizar instrumentos de comunicação apoiados em várias tecnologias bem como criar disposições organizacionais e administrativas para atender a esta modalidade.

Para os dois autores citados anteriormente, alguns aspectos precisam ser enfatizados, a saber: os processos de ensino e de aprendizagem devem atuar conjuntamente; o aprendizado deve ser planejado e não acontecer de forma acidental; os processos de ensino e de aprendizagem podem ocorrer em locais diferentes; e a comunicação deverá ser mediada por diversas tecnologias.

Moran (2002, p. 1) afirma que a “educação a distância é o processo de ensino-aprendizagem, mediado por tecnologias, onde professores e alunos estão separados espacial e/ou temporalmente”. Ele considera o termo “educação a distância” mais apropriado do que “ensino a distância” para definir o processo, pois a expressão “ensino a distância” enfatiza o papel do professor como alguém que ensina, quando, na verdade, em EaD tem-se um processo com foco centrado na aprendizagem do aluno. Nesse processo, professores e alunos normalmente não se encontram fisicamente juntos, mas podem estar conectados utilizando tecnologias telemáticas, como a Internet, além das tecnologias tradicionais, tais como correio, televisão, rádio, vídeo, CD-ROM, telefone, fax, dentre outras.

Para Peters (2009), a educação a distância

[...] não é apenas aprendizagem convencional com a ajuda de uma mídia técnica em particular. É uma abordagem totalmente diferente, com estudantes, objetivos, métodos, mídias e estratégias diferentes e, acima de tudo, objetivos diferentes na política educacional. A educação a distância é *sui generis* (PETERS, 2009, p. 69-70).

Na concepção de Peters (2009), para que a EaD seja bem-sucedida é necessário que haja uma ruptura com a tradição acadêmica, modalidade na qual os procedimentos de ensino-aprendizagem adotados não estão baseados nas formas típicas do falar e do ouvir, e sim no ler e no escrever. E que, por ser um padrão cultural relativamente novo, este é, certamente, mais difícil para professores e

alunos. Também destaca que esse modo de interação não é natural, por isso não pode ocorrer sem o apoio de uma mídia planejada para essa finalidade, e muito menos pode ser feito de qualquer maneira. Ou seja, essa interação deve ser planejada, desenhada, construída, testada e avaliada com consciência total dos seus objetivos e meios pedagógicos (PETERS, 2009).

Outra diferença fundamental das ofertas da educação a distância ocorre no processo ensino-aprendizagem. Nele, os alunos precisam se organizar no intuito de aprender de forma independente, assumindo muitas responsabilidades que, na educação convencional, eram dos professores. Ou seja, os alunos “Têm que ser ativos não apenas ao executar suas tarefas de aprender, mas também ao interpretar e refletir criticamente sobre o que estão fazendo quando aprendem” (PETERS, 2009, p. 72). Já os professores precisam realizar seus planejamentos cuidadosamente e com antecedência, construindo objetos de aprendizagem que sejam capazes de apoiar o ensino levando em conta a separação físico-temporal entre professor e aluno. Durante todo o processo, o professor precisa se manter informado do que está acontecendo, acompanhando o progresso de cada aluno, avaliando-os constantemente e incentivando-os a tornarem-se independentes.

O Quadro 2 descreve as principais características da educação a distância nas definições de Aretio (2002), Maia

e Mattar (2007), Moore e Kearsley (2007), Moran (2002) e Peters (2009).

Quadro 2 - Características da Educação a Distância x Autores

Característica / Autor	Aretio	Maia e Mattar	Moore e Kearsley	Moran	Peters
Separação Professor x Aluno	X	X	X	X	X
Mídias Instrucionais	X	X	X	X	X
Apoio de Tutoria	X	X			X
Aprendizagem Independente	X				X
Comunicação Bidirecional	X	X	X	X	
Comunicação Massiva	X				X
Enfoque Tecnológico				X	

Fonte: Quadro criado pela autora baseada e nos textos anteriores.

Analisando as principais características das definições sobre Educação a Distância apresentadas no Quadro 2, verifica-se que essas possuem em comum: a separação espacial e temporal entre professor e alunos e, também, entre alunos; o uso intensivo de mídias instrucionais para unir professor e estudantes e a comunicação entre professor e alunos em via dupla, as quais serão analisadas a seguir:

a) Separação Professor-Aluno

A separação física temporal entre professor e aluno e entre alunos encontra-se presente em todas as definições de educação a distância apresentadas anteriormente, seja mencionando diretamente a separação entre professor e aluno ou a comunicação não contínua entre estes, ou, ainda, a separação geográfica entre eles. Ou seja, para que o

processo de ensino-aprendizagem ocorra na EaD não é necessário que professores e alunos estejam fisicamente em um mesmo local, isto é, a filosofia na qual esta modalidade de ensino fundamenta sua proposta é simples: o aprendizado não deve ocorrer somente na sala de aula. É importante destacar que há muitos modelos de EaD em que há a necessidade de realização de encontros presenciais, e quando esses são frequentes o modelo de educação é chamado de semipresencial (ARETIO, 2002; MAIA; MATTAR, 2007).

Visando a minimizar a separação espaço-temporal entre aluno e professor, a EaD utiliza-se de diversas ferramentas de apoio à comunicação com o objetivo de mediar essa relação. Dentre os vários suportes utilizados com esse fim, pode-se citar o telefone, o fax, o rádio, o áudio, o vídeo, o DVD, a televisão, o e-mail, as tecnologias de telecomunicações interativas, os grupos de discussão na Internet, etc. É importante destacar que essas novas mídias ofertadas possibilitam, além da interação entre professor e aluno, a recepção de conteúdos. Contudo, vale lembrar que a EaD não precisa, necessariamente, ser mediada por mídias eletrônicas, ela pode ser realizada por qualquer tipo de mídia, como, por exemplo, as mídias impressas (MAIA; MATTAR, 2009).

Além da separação física, temos também a separação temporal, e isso, pois a maioria das atividades realizadas nos cursos a distância são realizadas de forma assíncrona, ou seja, professores e alunos estão separados no tempo.

Mas existem, também, algumas atividades em que professores e alunos precisam estar conectados ao mesmo tempo, que são as atividades assíncronas, como os chats, as videoconferências, e, mais recentemente, as plataformas virtuais como o Second Life (MAIA; MATTAR, 2007).

Maia e Mattar (2007, p. 7) afirmam que,

[...] a EaD possibilita a manipulação do espaço e do tempo em favor da educação. O aluno estuda onde e quando quiser e puder. Pode, por exemplo, passar algumas semanas sem se dedicar muito aos estudos, por diversos motivos, e durante uma ou duas semanas, então, dedicar-se com mais energia. Ou seja, o aluno se autoprograma para estudar, de acordo com o seu tempo e a sua disponibilidade.

b) Uso de mídias Instrucionais

Outra característica marcante, dentre as definições de EaD vistas neste capítulo, é o uso de mídias instrucionais. Vescovi Netto e Nobre (2011, p. 86) afirmam que:

[...] a possibilidade de utilizar as diferentes mídias para representar o conhecimento remete à produção de material digital com a finalidade de enriquecer o processo de ensino-aprendizagem, oferecendo às pessoas opções sobre a maneira pela qual se deseja ter contato com aquele conhecimento. É possível escolher o texto, o áudio, o vídeo, a animação, ou mesmo experimentar uma sequência das diferentes mídias, para saborear o conhecimento pelas mais diversas sensações.

Na educação a distância, o processo ensino-aprendizagem se baseia, principalmente, em estudos feitos de forma independente por parte do aluno e em materiais destinados especificamente para esse fim. E os avanços produzidos pelas tecnologias da informação e comunicação eliminaram ou reduziram substancialmente os obstáculos de caráter geográfico, econômico, laboral e familiar para que os alunos pudessem ter acesso à educação, impulsionando a igualdade de oportunidades a todos (ARETIO, 2002).

Também, cabe destacar que o material impresso, ainda, é o meio mais utilizado no processo de ensino-aprendizagem a distância, e isso por ser pedagogicamente mais claro, fácil de ser usado, referenciado e revisado, além de ser mais acessível, pois a maioria dos adultos sabe como manuseá-lo. Entretanto, outros recursos didáticos vêm ganhando popularidade e sendo utilizados como apoio pedagógico ao processo de ensino-aprendizagem. Sobre isso, Vescovi Netto e Nobre (2011, p. 95) comentam que,

[...] com a popularização dos aparelhos eletrônicos (computadores, celulares, DVDs, etc.), criou-se a possibilidade de registrar o conhecimento nas diversas formas, que agora são acessíveis à grande parte do corpo discente. Aulas, roteiros, informações, palestras e explicações são registradas não só em texto, mas também em imagens, animações, áudios e vídeos, permitindo ao aluno acessar essas informações nas mais diversas formas e dispositivos.

O material instrucional utilizado é um dos aspectos destacados para que um curso a distância seja considerado de qualidade. Ou seja, quanto mais diversificado for esse material, mais mídias ele utilizar, melhor será sua avaliação. Segundo o Ministério da Educação do Brasil, em relação aos referenciais para a qualidade da educação superior a distância (MEC, 2007, p. 14),

[...] é recomendável que as instituições elaborem seus materiais para uso a distância, buscando integrar as diferentes mídias, explorando a convergência e integração entre materiais impressos, radiofônicos, televisivos, de informática, de videoconferências e teleconferências, dentre outros, sempre na perspectiva da construção do conhecimento e favorecendo a interação entre os múltiplos atores.

Em certas aplicações de ensino a distância, o recurso técnico utilizado costuma ser determinante do próprio desenho instrucional. É o caso da educação a distância baseada no uso do rádio, por exemplo, a Rádio ECCA, na Espanha. Outros casos são os programas, criados na última década do século XX, para ambientes virtuais de aprendizagem, com software específico de suporte aos processos de teleformação, ensino virtual, *on-line*, etc. (ARETIO, 2002).

c) **Comunicação bidirecional**

A comunicação bidirecional é uma das três características comuns nas definições de EaD citadas pelos autores neste capítulo. Na comunicação bidirecional, o

estudante não é um mero receptor de informações, de mensagens. Ou seja, apesar da distância, busca-se estabelecer relações dialógicas, criativas, críticas e participativas entre professor e aluno.

Aretio (2002) entende que, para que haja educação, deve existir comunicação completa, de duas vias, e com realimentação, entre professores e alunos. Nos sistemas atuais de educação a distância, a comunicação bidirecional se converte em característica própria dos mesmos. Esse destaque é feito para eliminar a impressão, dos que conhecem pouco sobre essa modalidade, de que a EaD é um processo unidirecional, como era no seu início. Assim é que os alunos podem responder às questões levantadas em seus materiais de estudo ou pelo tutor, mas podem fazê-lo também nos momentos síncronos.

Segundo Aretio (2002), os programas de educação a distância podem ser considerados mais ou menos distantes, dependendo da intensidade da comunicação bidirecional. Este mesmo autor afirma que a comunicação que hoje é bidirecional e necessária durante todo o processo de ensino-aprendizagem deve tornar-se multidirecional, ou seja, exige processos não só verticais de comunicação entre professor e aluno e vice-versa, mas também processos horizontais, isto é, a comunicação entre os alunos. E, também, que esta comunicação multidirecional será mediada por meio dos materiais de estudo e dos canais de comunicação.

LINHA DO TEMPO DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA



A educação a distância (EaD), atualmente, atinge todos os cantos da terra e sua oferta cresce a cada dia. Como bem destaca Lévy (2000, p. 172): “A aprendizagem a distância foi durante muito tempo o ‘estepe’ do ensino; em breve irá tornar-se, senão a norma, ao menos a ponta de lança”.

A EaD não teve seu início com o advento da internet, como muitos pensam. Ela tem uma trajetória longa e diversificada, reportando-se a vários séculos na história da humanidade com o advento da escrita, a qual, para alguns autores, foi a precursora da EaD.

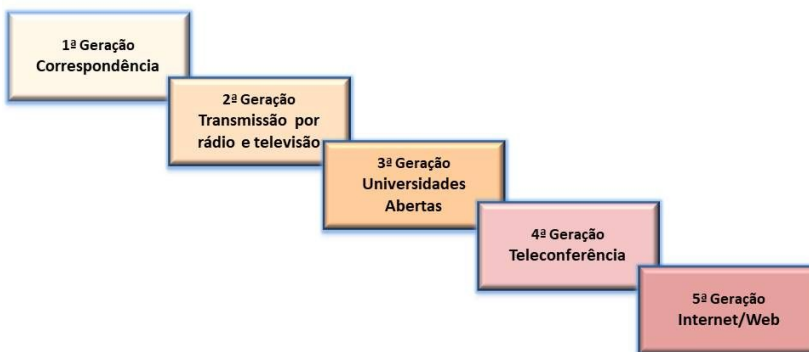
Nas sociedades orais, em que a escrita ainda não está estabelecida, a comunicação é necessariamente presencial. Para que alguma informação seja transmitida, o emissor e o receptor da mensagem devem estar presentes, no mesmo momento e no mesmo local (MAIA; MATTAR, 2007, p. 21).

Com a invenção da escrita, para que a comunicação pudesse ser efetivada, não era mais necessário que transmissor e receptor estivessem fisicamente presentes no mesmo local e ao mesmo tempo. Segundo Maia e Mattar (2007, p. 21),

Alguns autores consideram as cartas de Platão e as Epístolas de São Paulo exemplo

inicial e isolado de exercícios de educação a distância. Outros defendem que o ensino a distância tornou-se possível apenas com a invenção da imprensa, no século XV. A escrita, inicialmente, possibilitou que pessoas separadas geograficamente se comunicassem e documentassem informações, obras e registros. A invenção de Gutenberg, por sua vez, facilitou esse processo, permitindo que ideias fossem compartilhadas e transmitidas por um maior número de pessoas. O que intensificou os debates, a produção e a reprodução do conhecimento.

Figura 1 – As gerações de educação a distância.



Fonte: Baseado em Moore e Kearsley (2007).

Então, a Educação a Distância atual não é uma modalidade de ensino nova, inovadora e diferente, o que a diferencia da EaD que era praticada tempos atrás são os meios disponíveis em cada época. Para compreender os métodos e as questões referentes à educação a distância, é necessário, primeiro, compreender o momento histórico no qual a EaD se encontra inserida. Os autores que tratam

desse tema apresentam visões diferentes quanto a seus períodos. Neste trabalho, será enfocada a divisão baseada nas tecnologias e mídias utilizadas em cada época, conforme os autores Moore e Kearsley (2007), em cujo trabalho propuseram a divisão dos períodos da EaD em cinco gerações, conforme descrito na Figura 1.

a) Primeira Geração: Estudo por correspondência

A primeira geração da EaD foi marcada, principalmente, pela oferta de curso por correspondência. Há registro de oferta de aulas de taquigrafia por correspondência, ministradas por Caleb Philips, que foi publicada na *Gazette de Boston* (EUA), em março de 1728. No entanto, a EaD surgiu efetivamente em “meados do século XX, em virtude do desenvolvimento dos meios de transportes e de comunicação, como trens e correio” (MATTAR, 2011, p. 5). Nesse período, os materiais foram, primordialmente, impressos e encaminhados pelo correio.

Os cursos por correspondência ofertados nessa fase acompanharam “a industrialização do trabalho, preenchendo lacunas e compensando as deficiências do sistema educacional, especialmente no treinamento profissional” (PETERS, 2009, p. 45-46). Segundo Moore e Kearsley (2007, p. 27),

[...] o motivo principal para os primeiros cursos por correspondência era a visão de usar tecnologias para chegar até aqueles que, de outro modo, não poderiam se beneficiar dela. Naquele tempo, isso inclui as mulheres e, talvez por essa razão, elas

desempenharam um papel importante na história da educação a distância [...].

Em outros países também ocorreram experiências similares baseadas no uso de correspondência para entrega dos materiais de ensino. Em 1984, na Grã- Bretanha, Issac Pitman utilizou o sistema postal nacional para ensinar seu sistema de taquigrafia. Na Europa, nos meados da década de 1850, o Francês Charles Toussaint e o alemão Gustav Langenscheidt criaram uma escola de línguas por correspondência visando ao intercâmbio do ensino de línguas.

b) Segunda Geração: Transmissão por rádio e televisão

A segunda geração da EaD caracterizou-se, inicialmente, pela oferta de

[...] programas com base na propagação de conhecimentos a partir de sistemas de radiodifusão, alguns com base somente na palavra que o ar levava, a maioria já articulando o rádio com o material impresso (NUNES, 2009, p. 7).

Apesar de a televisão já existir desde 1930, somente após a Segunda Guerra Mundial, na década de 1950, é que ela despontou como um novo meio de comunicação. Nunes (2009, p. 7) afirma que,

[...] de meados da década de 1960 até o início da década de 1980, tivemos o reinado da televisão educativa. Vários sistemas foram

sendo montados no mundo todo, da China até a Grã-Bretanha, do Japão até o Brasil.

A televisão, por se tratar de um meio de comunicação poderoso que combina, de forma magnífica, a voz e a imagem, foi a base de muitos dos sistemas de EaD ofertados nessa fase, os quais baseavam-se exclusivamente no uso dessa tecnologia. Mas, com o tempo, os programas foram evoluindo e articulando-se com outros meios midiáticos, como as fitas de áudio e vídeo e o telefone. Assim, passou-se a buscar, também, novas formas de organização do processo de ensino-aprendizagem, criando modos próprios de interação entre professor e alunos (NUNES, 2009).

c) Terceira Geração: Uma abordagem sistêmica - as Universidades Abertas

A terceira geração da EaD trouxe mudanças importantes para a educação a distância por meio da

[...] criação das universidades abertas de educação a distância, influenciadas pelo modelo da Open University, fundada em 1969. Essas universidades abertas utilizaram intensamente mídias como rádio, televisão, vídeos, fitas cassete e centro de estudos, realizando diversas experiências pedagógicas [...] (MATTAR, 2011, p. 5).

Nesse período, a EaD ajudou as universidades, nos países industrializados e em desenvolvimento, a expandirem sua capacidade de oferta de novas vagas, como, também, a desenvolverem “novas formas da combinação de

trabalho e estudo, introduzindo estudos universitários regulares na educação de adultos, e inspirou e efetuou importantes inovações pedagógicas” (PETERS, 2009, p. 46) no seio da academia. Até hoje, a EaD se preocupa em beneficiar os setores da população que, de outra forma, não teriam acesso a programas tradicionais de educação, funcionando, assim, como um mecanismo de justiça social.

As mudanças desse período resultaram em “diversas experiências com novas modalidades de organização da tecnologia e de recursos humanos, conduzindo a novas técnicas de instrução e à nova teorização da educação” (MOORE; KEARSLEY, 2007, p. 34). Tem-se como destaques o projeto *Articulated Instructional Media Project* (AIM), da *University of Wisconsin*, e o projeto da *Open University*, da Grã-Bretanha, as experiências mais importantes desse período.

O Projeto Mídia de Instrução Articulada (AIM – *Articulated Instructional Media Project*) teve por objetivo testar a ideia de agrupar várias tecnologias de comunicação visando à oferta de ensino de alta qualidade a um custo reduzido para alunos não universitários. Dentre as tecnologias que foram propostas, podemos citar os “guias de estudos impressos e orientação por correspondência, transmissão por rádio e televisão, audiotapes gravados, conferências por telefone, kits para experiências em casa e recursos de uma biblioteca local” (MOORE; KEARSLEY, 2007, p. 35). O AIM representou um marco histórico e de mudanças para a história da EaD, sendo o primeiro teste

que apresentava a ideia de educação a distância como um sistema total, segundo afirmação de Moore e Kearsley (2007).

Moore e Kearsley (2007) descrevem, também, a criação da *Open University*, em 1967, como um projeto, planejado por um comitê estabelecido pelo governo britânico, que pretendia usar o rádio e a televisão com o objetivo de permitir o acesso à educação superior para a população adulta. Após a visita, à *University of Winsconsin*, de alguns membros desse comitê de planejamento para estudarem os métodos e realizações do AIM, o projeto original da *Open University* evoluiu transformando-se na

[...] primeira universidade nacional de educação a distância, que se valeria de economias de escala, tendo mais alunos do que qualquer outra universidade, com um nível de financiamento elevado e empregando a gama mais completa de tecnologias de comunicação para ensinar um currículo universitário completo a qualquer adulto que desejasse receber tal educação (MOORE; KEARSLEY, 2007, p. 36).

A *Open University*, devido a seus bons resultados, tem sido amplamente imitada em outros países, os quais, a partir dessa modalidade, criaram grandes universidades, que

[...] produziram uma revolução no ensino nos seus respectivos países. Ao serem criadas pelos governos, tinham além da missão de aumentar o acesso ao ensino superior, algumas missões específicas, conforme a

orientação política do governo no momento. Esse envolvimento das megauniversidades com as políticas nacionais pode ser uma restrição, mas, ao mesmo tempo, pode representar uma possibilidade de influenciar essas mesmas políticas (MACHADO DE SOUZA, 1996, p. 12).

d) Quarta Geração: Teleconferência

A quarta geração da EaD, baseou-se na tecnologia da teleconferência, e surgiu nos Estados Unidos na década de 1980. Por parecer-se mais com a visão tradicional de educação, que atende a grupos de pessoas, diferente da educação por correspondência e das universidades abertas, que visavam a atender a um público formado por pessoas que aprendem sozinhas, a teleconferência atraiu um número maior de educadores e de formadores de políticas públicas (MOORE e KEARSLEY, 2007).

Durante os anos de 1979 e 1980, a tecnologia utilizada foi a audioconferência, que se diferenciava das tecnologias até então utilizadas por permitir

[...] ao aluno dar uma resposta, e aos instrutores, interagir com os alunos em tempo real e em locais diferentes. Uma audioteleconferência poderia ser conduzida com alunos individuais em suas residências ou escritórios usando telefones comuns, porém, isso normalmente significava usar equipamento especial consistindo em um alto-falante e microfones e um ou mais grupos diferentes de alunos (MOORE; KEARSLEY, 2007, p. 40).

A era do satélite de comunicação, iniciada em 1965, abriu espaço para que as universidades americanas começassem a fazer experiência com a transmissão de programas educacionais. Uma das primeiras universidades a utilizarem essa tecnologia foi a *University of Alaska*, que oferecia cursos continuados para professores. Em 1984, a *National Technological University* (NTU), uma universidade virtual que não possui campus ou corpo docente, localizada no Colorado, passou a oferecer cursos de graduação e de educação continuada na área de engenharia.

Em meados da década de 1980 e na década de 1990, houve um crescimento no setor de educação a distância direcionado a treinamento corporativo e à educação continuada para profissionais liberais, “veiculado pela televisão comercial, isto é, vídeo e áudio interativos transmitidos por satélite” (MOORE; KEARSLEY, 2007, p. 42). Estes autores destacam que:

Até quase o final da década de 1990, a audiovideoconferência utilizava a comunicação por vídeo em um sentido, ou por áudio nos dois sentidos, em que os participantes podiam ver e ouvir os apresentadores, mas não podiam responder por áudio, ou podiam ouvir e responder uns aos outros, mas não podiam se ver. Nessa época [...] a videoconferência nos dois sentidos ou multipontos se tornou mais fácil e menos onerosa com o desenvolvimento de linhas telefônicas de fibra ótica, que permitiam a transmissão de um número maior de dados, o que proporcionou a videoconferência entre pequenos grupos de

alunos ou alunos individuais e seus instrutores (MOORE; KEARSLEY, 2007, p. 44).

Nos dias atuais, vários cursos de graduação e pós-graduação ofertados a distância no Brasil possuem como principal tecnologia de apoio à sua execução a audioteleconferência.

e) Quinta Geração: Internet e Web

A quinta geração da EaD foi marcada pela introdução “da utilização do videotexto, do microcomputador, da tecnologia de multimídia, do hipertexto e de redes de computadores, caracterizando-se a EaD *on-line*” (MATTAR, 2011, p. 6). O crescimento da internet ocorrido no final do século XX gerou um ponto de ruptura na história da EaD, surgindo, então, “um novo território para a educação, o espaço virtual da aprendizagem, digital e com base na rede” (MATTAR, 2011, p. 6). Esse novo formato de ensino-aprendizagem diferente dos formatos tradicionais é

[...] aberto, centrado no aluno, baseado no resultado, interativo, participativo e flexível quanto ao currículo, às estratégias de aprendizagem e envio e não muito preso a instituições de aprendizado superior, porque pode também se dar nos lares e nos locais de trabalho (PETERS, 2009, p. 42).

f) Momento Atual

Atualmente, na EaD pode-se ver que existe uma integração de todas as mídias apresentadas nas cinco gerações da EaD, apesar do predomínio do uso da internet

(MATTAR, 2011). Nota-se que, de fato, o que mudou de uma geração para outra foram as possibilidades oferecidas pelos processos de comunicação, os quais acabaram tornando-se cada vez mais interativos, sendo que cada geração foi construída a partir da outra, ao invés de substituí-la.

Na época atual, dezenas de países atendem a milhões de pessoas com a EaD em todos os níveis, oferecendo desde cursos livres, disciplinas isoladas até programas completo de graduação e pós-graduação. Essas ofertas são feitas por instituições que podem ter cursos a distância e presenciais (*brick universities*) ou serem instituições voltadas exclusivamente para o ensino a distância (*click universities*) (MATTAR, 2011). Na Europa, as universidades abertas oferecem somente cursos a distância; fora da Europa, como visto anteriormente, há um grande número de instituições especializadas em educação a distância, que foram fundadas nas décadas de 1970 e 1980.

A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO BRASIL



No Brasil, o desenvolvimento da educação a distância, comparado com a experiência mundial, teve um percurso diferente. Inicialmente, ela seguiu o movimento internacional da primeira geração oferecendo cursos por correspondência, o que foi, durante aproximadamente 20 anos, a única forma de EaD do país. Entretanto, o uso das mídias da segunda geração, como o rádio e a televisão, foi explorado com bastante sucesso por meio de soluções específicas, e muitas vezes criativa, de problemas, diferentemente do que ocorreu no resto do mundo, como descrito mais adiante (MAIA; MATTAR, 2007).

O início da terceira geração no país foi retardado até meados de 2005, quando houve a criação do sistema Universidade Aberta do Brasil, que é um consórcio de universidades públicas que, por ser assim formado, possui algumas características diferentes das universidades abertas no mundo.

Segundo Alves (2009), a EaD no Brasil pode ser dividida em três grandes fases: a inicial, a intermediária e a mais moderna. A seguir, serão apresentadas algumas iniciativas que marcaram cada uma dessas fases.

a) Fase Inicial

O ano de 1904 é considerado como o marco inicial da oferta de cursos a distância no Brasil, pois foi quando houve a instalação das “Escolas Internacionais”, que eram filiais de uma organização norte-americana existente até hoje e presente em diversos países. Os cursos oferecidos eram pagos e voltados para pessoas que estavam em busca de formação na área de comércio e serviços para se inserirem no mercado de trabalho. Os cursos eram realizados por correspondência, com o envio de material didático que, inicialmente, era fornecido em espanhol. Nesse período, era atribuída pouca importância à educação a distância e havia dificuldades com os serviços prestados pelos correios. Assim, todo esse conjunto de situações contribuiu para que o governo concedesse poucos incentivos a esses cursos (ALVES, 2009; MATTAR, 2011).

Já na primeira década do século XX, havia iniciativas de cursos profissionais a distância, embora categorizados como livres, predominando os ofertados por correspondência. Depois, na década de 1920, tais cursos foram sendo estendidos por meio do rádio e, logo, pela televisão (FARIA, 2011). Henrique Morize e Roquete-Pinto lideraram um grupo que fundou, em 1923, a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, uma iniciativa privada que, então, deu início à educação pelo rádio, o qual era, nessa época, um moderno sistema de difusão em uso no Brasil e no mundo. Essa nova modalidade oferecia cursos de

português, francês, silvicultura, literatura francesa, esperanto, radiotelegrafia e telefonia. Nesse período, o Manifesto da Escola Nova, que propunha o uso de recursos de rádio, cinema e materiais impressos para apoiar a educação brasileira, foi lançado. Essa rádio foi doada ao Ministério da Educação e Saúde em 1937, dando origem ao Serviço de Radiodifusão Educativa do Ministério da Educação. Assim, a educação via rádio foi o segundo meio de transmissão, a distância, do saber no Brasil (NUNES, 2009; MATTAR, 2011).

Em 1934, seguindo a mesma linha da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, foi instalada, por Roquete-Pinto, a Rádio-Escola Municipal do Rio de Janeiro, a qual oferecia cursos baseados em material impresso com os esquemas das aulas enviados para os alunos via Correios (MATTAR, 2011). Já em 1939, a Marinha e o Exército do Brasil utilizavam a educação a distância para formar oficiais na Escola de Comando do Estado Maior. Esses cursos tinham como base material impresso enviado por correspondência (MATTAR, 2011).

Em 1943, a Voz da Profecia, que havia sido criada em 1929 nos Estados Unidos para transmitir séries bíblicas pelo rádio, passa a transmitir programas em português, indo então ao ar, no Brasil, o primeiro programa religioso. A experiência foi bem sucedida e hoje se transformou no Sistema Adventista de Comunicação. No mundo,

atualmente, existem também dezenas de escolas bíblicas por correspondência (MAIA; MATTAR, 2007).

O Serviço Social do Comércio (SESC), o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) e as emissoras associadas desenvolveram, em 1947, no Rio de Janeiro e em São Paulo, a Universidade do Ar e passaram a oferecer cursos radiofônicos comerciais. Nesses cursos, os alunos estudavam por meio de materiais impressos e as tarefas eram corrigidas por monitores. Essa experiência durou até 1961, sendo que em 1950 já atingia 318 localidades (ALVES, 2009; MATTAR, 2011).

b) Fase Intermediária

Nesta fase, a oferta de cursos abertos profissionalizantes a distância, ofertados por correspondência, de forma sistemática, para atender a população de um modo geral, foi realizada por meio do Instituto Rádio Técnico Monitor, em 1939, e pelo Instituto Universal Brasileiro (IUB), em 1941.

O Instituto Universal Brasileiro (IUB) tinha como foco a formação profissional de nível elementar e médio em várias áreas, dentre as quais: mecânica, eletrônica, corte e costura, contabilidade, fotografia, etc. O Instituto Universal Brasileiro, juntamente com o Instituto Rádio Técnico Monitor, foi responsável pela formação de milhões de alunos em todos os estados do Brasil. Seguindo os passos do IUB, nas décadas de 1940 e 1950 mais instituições passaram a utilizar o EaD via correspondência.

Recentemente, o IUB passou a oferecer cursos *on-line* como uma alternativa aos cursos presenciais no qual o material impresso foi substituído pelo material digital e o uso do correio pelo e-mail (MATTAR, 2011).

Entretanto, o SENAC não parou com a EaD no projeto Universidade do Ar, mas, pelo contrário, continua a oferta de cursos a distância até hoje. Em 1976, o Sistema Nacional de Teleducação foi criado e estava centrado no ensino por correspondência, mas também realizou algumas experiências com o rádio e a televisão. No ano de 1983, em convênio com outras instituições, o SENAC criou uma série de programas radiofônicos para a formação de mão de obra na área do comércio e de serviços, a qual foi chamada de Abrindo Caminhos (MATTAR, 2011).

O sistema, em 1988, iniciou o processo de informatização de seus cursos e, em 1995, criou o Centro Nacional de Educação a Distância (Cead), responsável, até hoje, pela oferta de cursos a distância do sistema SESC/SENAC. Em 2000, para atender a todas as unidades do Sistema SENAC, foi criada a Rede Nacional de Teleconferência, transmitida via satélite com interatividade em tempo real por meio de e-mail, telefone e fax (MAIA; MATTAR, 2007).

Na década de 1960, tivemos a primeira iniciativa governamental de apoio à EaD no Brasil por intermédio da criação, pelo Ministério da Educação e Cultura, do Programa Nacional de Teleducação (Prontel). Nessa mesma

década, criou-se o Movimento de Educação de Base (MEB), pela Diocese de Natal, no Rio Grande do Norte, que era formado por escolas radiofônicas. O MEB, com o apoio da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e do governo federal, utilizou o sistema para promover a democratização do acesso à educação por intermédio da promoção do letramento de jovens e adultos (MATTAR, 2011).

No ano de 1967, tivemos a criação de duas importantes iniciativas para a área de EaD. A primeira foi o início das atividades do Instituto Brasileiro de Administração Municipal (Ibam), que oferecia cursos por correspondência com foco em políticas públicas e em instrumentos gerenciais. O Ibam, hoje, oferece cursos presenciais e a distância utilizando recursos disponíveis em um Ambiente Virtual de Aprendizagem. A outra iniciativa, no Rio Grande do Sul, foi a criação do núcleo EaD da Fundação Padre Landell de Moura, com a oferta de ensino por correspondência e via rádio (MAIA; MATTAR, 2011).

O Projeto Mobral, vinculado ao governo federal, foi outro projeto importante nessa fase prestando grande auxílio na alfabetização de adultos, com abrangência nacional graças ao uso do rádio. Em 1969, com a deflagração da revolução militar e do sistema de censura, essas ações praticamente liquidaram a rádio educativa no país. Hoje ainda existem ações isoladas, mas com pouco apoio dos órgãos governamentais (ALVES, 2009).

c) Fase mais Moderna

O projeto Satélite Avançado de Comunicações Interdisciplinares (Saci) durou de 1967 a 1976, o qual foi criado pelo Instituto Nacional de Pesquisa Espacial (INPE) com o objetivo de criar um sistema nacional de telecomunicação via satélite, vislumbrando a possibilidade de comunicação de massa para a prestação de serviços educacionais. Esse projeto representou uma ideia inovadora e pioneira para a época (MATTAR, 2011).

O Projeto Minerva surgiu de um convênio firmado entre o Ministério da Educação, a Fundação Padre Landell de Moura e a Fundação Padre Anchieta. Esse projeto oferecia os cursos de Capacitação Ginásial e Madureza Ginásial, que tinham o objetivo de realizar a inclusão social de adultos por meio da oferta de cursos via rádio. O projeto iniciou-se em 1970 e foi mantido até 1980 (MAIA; MATTAR, 2011).

Entre as décadas de 1970 e 1980, organizações não governamentais e fundações privadas utilizaram satélites e matérias impressas para oferecer cursos supletivos a distância. Nesse período, a Fundação Roberto Marinho lançou um programa de educação supletiva a distância para atender aos alunos do primeiro e do segundo grau. Esse programa evoluiu e tornou-se o Telecurso 2000, que continua oferecendo cursos supletivos baseados em livros, vídeos e transmissão por televisão, além de ter salas espalhadas por todo o país para que os alunos possam assistir às aulas e aos vídeos. Estima-se que esse projeto já

beneficiou mais de quatro milhões de pessoas no Brasil (MATTAR, 2011).

O colégio Anglo-Americano, no ano de 1981, fundou o Centro Internacional de Estudos Regulares (Cierg) para oferecer ensino a distância para alunos, dos níveis fundamental e médio, cujas famílias tivessem que se mudar temporariamente para o exterior, permitindo que esses alunos continuassem a estudar pelo sistema educacional brasileiro (MATTAR, 2011).

O projeto FUNTEVE nasceu em 1985 com o objetivo de atender a formação de professores, com diferentes níveis de escolaridades, em todo território brasileiro, inclusive nas zonas rurais. As Secretarias de Educação ficaram encarregadas da implantação da infraestrutura necessária para a recepção dos programas, já que os meios utilizados seriam o rádio, a TV, vídeos e material impresso (ALVES, 2009).

O programa Um Salto para o Futuro originou-se do programa Jornal da Educação – Edição do Professor, que era produzido pela Fundação Roquete-Pinto. Em 1995, já com a nova denominação, o programa Um Salto para o Futuro foi incorporado à TV Escola, que é um canal educativo da SEED/MEC, tornando-se mais um dos marcos da educação a distância do Brasil. Esse programa tem como objetivo o aperfeiçoamento e a formação continuada de professores, principalmente os que atuam no ensino fundamental, e alunos dos cursos de magistério (MAIA;

MATTAR, 2007). O programa oferece cursos em que se utilizam diversas mídias, tais como material impresso, televisão, telefone, fax e internet, além de promover encontros presenciais com orientadores de aprendizagem nas telessalas. Os programas são transmitidos ao vivo e permitem a interação com os professores que se encontram presentes nas telessalas (MATTAR, 2011).

Em 1999 foi criado o Centro de Educação Superior a Distância do Rio de Janeiro (Cederj), o qual é um consórcio formado por seis universidades públicas do Estado do Rio de Janeiro: a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ); a Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF); a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO); a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); a Universidade Federal Fluminense (UFF); e a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), em parceria com a Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia do Estado do Rio de Janeiro, por intermédio da Fundação Cecierj. O objetivo desse consórcio de universidades é oferecer cursos de graduação a distância, na modalidade semipresencial, para todo o Estado e contribuir para a interiorização do ensino superior público, gratuito e de qualidade.

Também, a Secretaria de Educação a Distância (SEED) do Ministério de Educação do Brasil (MEC), em 2007, publicou a última versão dos “Referenciais de Qualidade para a Educação Superior a Distância”, a qual, embora sendo um documento que não tem força de lei, funciona como uma

referência norteadora para subsidiar os atos legais do poder público no que se referem aos processos de regulação, supervisão e avaliação da EaD no Brasil (MEC, 2007).

Em 2006 foi instituído, pelo Decreto 5.800, o sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) com o objetivo de desenvolver a educação a distância no país e tendo como finalidade expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior. Além de fomentar a implantação da EaD nas instituições públicas, a UAB apoia a pesquisa em metodologias inovadoras de ensino respaldadas nas Tecnologias da Informação e Comunicação (MATTAR, 2011).

No ano de 2007 foi lançado, pelo Governo Federal, o sistema Escola Técnica Aberta do Brasil, o e-Tec, que

[...] tem como finalidade desenvolver a Educação Profissional e Tecnológica na modalidade de educação a distância. O e-Tec é uma das ações que integram o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) que também articulam, dentre as suas atribuições, o Brasil Profissionalizado, Expansão da Rede Federal de EPCT; Continuidade do Acordo e Expansão de Gratuidade do Sistema S e Ampliação da Capacidade do Sistema S (e-Tec, 2013).

A oferta dos cursos do e-Tec visa à ampliação e à democratização do acesso a cursos públicos e gratuitos, possibilitadas por uma parceria entre União, estados,

Distrito Federal e municípios. Nessa parceria, o MEC é responsável pela assistência financeira para a elaboração dos cursos, e os estados, Distrito Federal e municípios são responsáveis por providenciar a estrutura, os equipamentos, os recursos humanos, a manutenção e os demais itens necessários para a realização dos cursos (e-Tec, 2013; MAIA; MATTAR, 2007).

Na fase mais moderna da EaD brasileira não se pode deixar de registrar a influência decisiva de quatro organizações na evolução da modalidade no Brasil: a Associação Brasileira de Teleducação (ABT), o Instituto de Pesquisas Avançadas em Educação (Ipaee), a Associação Brasileira de Educação a Distância (ABED) e a Rede de Educação Superior a Distância (UniRede).

A ABT foi fundada em 1971 e é pioneira na oferta de cursos de pós-graduação a distância. O Ipaee, fundado em 1973, foi responsável pela realização dos primeiros Encontros Nacionais de Educação a Distância e pelos Congressos de Educação a Distância, iniciados em 1993. A ABED, criada em 1995, vem, desde sua criação, colaborando com o desenvolvimento da EaD no Brasil e promovendo a articulação entre instituições e profissionais no país e no exterior, sendo, hoje, a responsável pela realização do Congresso Internacional ABED de Educação a Distância no Brasil (ALVES, 2009).

A UniRede, criada em dezembro de 1999 com o nome de Universidade Virtual Pública do Brasil, tinha como objetivo

principal democratizar o acesso à educação de qualidade por meio da oferta de cursos a distância nos níveis de graduação, pós-graduação e extensão, sob a forma de ensino regular gratuito e educação continuada. Atualmente, ela conta com 70 instituições públicas associadas.

A LEGISLAÇÃO APLICÁVEL À EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA



A educação a distância nasceu fora dos muros da educação formal e convencional e sofreu grande preconceito e dificuldade de aceitação por diversos motivos. Ela iniciou sua atuação por meio dos cursos por correspondência, só sendo aceita em cursos livres e não sendo regulamentada pelo estado brasileiro. Porém, ela evoluiu, e hoje, dentre outras ferramentas utilizadas, baseia-se na utilização das TIC, sendo que, atualmente, o cenário brasileiro apresenta-se bem mais favorável a essa modalidade de ensino.

No Brasil, a primeira legislação a tratar do tema educação a distância foi a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), de 1961 (Lei 4.024, de 20 de dezembro de 1961), e a Lei 5.692, de 15 de agosto de 1971, essa Lei veio reformular a LDB. Segundo Alves (2009) e Gomes (2009), na Lei 5.692/1971 foi inserido um capítulo específico para tratar do ensino supletivo, e nele afirma-se que o ensino supletivo poderia ser usado em classes ou mediante a utilização de televisão, rádio, correspondência e outros meios (ALVES, 2009, GOMES, 2009).

Mas, somente em 1996 a educação a distância foi elevada a um novo status, ou seja, passou a ser reconhecida

como uma modalidade de ensino oficial, saindo de sua clandestinidade, o que ocorreu graças à nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, em cujo bojo essa modalidade de ensino passou a ser possível para todos os níveis de educação. Este foi um grande avanço para a EaD no país, uma vez que permitiu, de maneira inequívoca, o funcionamento de cursos de graduação e pós-graduação. Esse artigo foi posteriormente normatizado pelo Decreto 2.561, de 10 de fevereiro de 1998, pelo decreto 2.561, de 27 de abril de 1998, e pela Portaria Ministerial 301 do Ministério da Educação (MEC), de 7 de abril de 1998.

A LDB de 1996, em seu Artigo 80, trata especificamente da educação a distância e em seus parágrafos define:

[...] § 1º A educação a distância, organizada com abertura e regime especiais, será oferecida por instituições especificamente credenciadas pela União.

§ 2º A União regulamentará os requisitos para a realização de exames e registro de diploma relativo a cursos de educação a distância.

§ 3º As normas para produção, controle e avaliação de programas de educação a distância e a autorização para sua implementação, caberão aos respectivos sistemas de ensino, podendo haver cooperação e integração entre os diferentes sistemas.

§ 4º A educação a distância gozará de tratamento diferenciado, que incluirá:

I - custos de transmissão reduzidos em canais comerciais de radiodifusão sonora e de sons e imagens;

II - concessão de canais com finalidades exclusivamente educativas;

III - reserva de tempo mínimo, sem ônus para o Poder Público, pelos concessionários de canais comerciais. [...] (BRASIL, 1996, p. 24)

Além da referência direta feita em seu Artigo 80, a LDB aborda o tema em outros Artigos de forma indireta o que se pode constatar no Artigo 5º, destacado a seguir:

Art. 5º O acesso ao ensino fundamental é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída, e, ainda, o Ministério Público, acionar o Poder Público para exigi-lo.

[...] § 5º Para garantir o cumprimento da obrigatoriedade de ensino, o Poder Público criará formas alternativas de acesso aos diferentes níveis de ensino, independentemente da escolarização anterior. [...] (BRASIL, 1996, p. 3).

Mais adiante, no Artigo 32, a LDB faz a primeira menção direta sobre o uso da EaD:

Art. 32. O ensino fundamental obrigatório, com duração de 9 (nove) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante: [...]

§ 4º O ensino fundamental será presencial, sendo o ensino a distância utilizada como complementação da aprendizagem ou em situações emergenciais. [...] (BRASIL, 1996, p. 10).

No Artigo 40, a LDB reafirma a possibilidade da oferta de cursos profissionalizantes realizados na modalidade a distância:

Art. 40. A educação profissional será desenvolvida em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada, em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho (BRASIL, 1996, p. 14).

No Capítulo IV, da LDB, referente à educação superior, o Artigo 47 trata da frequência dos alunos nos cursos presenciais e faz uma ressalva quanto ao tema nos cursos a distância:

Art. 47. Na educação superior, o ano letivo regular, independente do ano civil, tem, no mínimo, duzentos dias de trabalho acadêmico efetivo, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver.

[...] § 3º É obrigatória a frequência de alunos e professores, salvo nos programas de educação a distância. [...] (BRASIL, 1996, p. 16).

No Artigo 62, em seus parágrafos 2º e 3º, que tratam da formação em nível superior de docentes para atuarem na educação básica, há a afirmação de que a formação inicial, a

continuada e a capacitação dos profissionais poderão ser baseadas no uso da EaD:

Art. 62. A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal.

[...] § 2º A formação continuada e a capacitação dos profissionais de magistério poderão utilizar recursos e tecnologias de educação a distância.

§ 3º A formação inicial de profissionais de magistério dará preferência ao ensino presencial, subsidiariamente fazendo uso de recursos e tecnologias de educação a distância. [...] (BRASIL, 1996, p. 19-20).

E, por fim, no Artigo 87, há a previsão do uso de cursos presenciais ou a distância para atender aos jovens e adultos e realizar programas de capacitação para todos os professores em exercício, utilizando também, para isto, os recursos da educação a distância.

O avanço da legislação sobre o uso da EaD não parou por aí: a partir de 1998, teve início a publicação de “um conjunto de leis, decretos e portarias que tratam de questões específicas do ensino-aprendizagem pela educação a distância” (MILL, 2011, p. 281). Podem-se destacar, também, as mudanças na estrutura

governamental (principalmente do MEC – Ministério da Educação) como, por exemplo, com a criação de uma secretaria específica para tratar de EaD - a Secretaria de Educação a Distância (SEED) -, que foi criada em 1996 objetivando a promover inovações no processo de ensino-aprendizagem por meio do desenvolvimento de pesquisas voltadas para a introdução de novos conceitos e práticas nas escolas públicas brasileiras (MEC, 2013).

Os principais Decretos e Portarias vigentes, segundo o portal da Associação Brasileira de Educação a Distância, sobre a legislação pertinente à educação a distância são:

1 - Os Decretos:

- Decreto n.º 5.773, de 09 de maio de 2006, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior (IES) e dos cursos superiores sequenciais e de graduação no sistema federal de ensino;
- Decreto n.º 9.057, de 25 de maio de 2017, que regulamenta o Artigo 80 da Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Este Decreto revogou o Decreto n.º 5.622, de 19 de dezembro de 2005; e o Artigo 1º do Decreto n.º 6.303, de 12 de dezembro de 2007.

2 - As Portarias:

- Portaria Normativa n.º 1, de 10 de janeiro de 2007, que trata dos ciclos avaliativos do Sistema Nacional de

Avaliação da Educação Superior (Sinaes), do credenciamento de instituições para a oferta de EaD e do funcionamento dos polos de apoio presencial, respectivamente. Segundo o portal do MEC, em 2009 havia 145 instituições credenciadas para oferta de cursos superiores na modalidade a distância, as quais, juntas, contam com um universo de mais de 760.000 mil alunos.

- Portaria Normativa nº 40, de 13 de dezembro de 2007, que instituiu o e-MEC, o qual é um sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação da educação superior no sistema federal de educação.
- Portaria Normativa nº 10, de 02 de julho de 2009, que fixou critérios para dispensa de avaliação *in loco*, além de outras providências.
- Portaria Normativa nº 11, de 20 de junho de 2017, que estabeleceu normas para o credenciamento de instituições e a oferta de cursos superiores a distância, em conformidade com o Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017.

Hoje, no Brasil, o Decreto 9.057, de 25 de maio de 2017, que veio a substituir o Decreto nº. 5.622, de 19 de dezembro de 2005, é a legislação que regulamenta a oferta de cursos na modalidade a distância. Nele, a educação a distância é definida como:

[...] a modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorra com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com pessoal qualificado, com políticas de acesso, com acompanhamento e avaliação compatíveis, entre outros, e desenvolva atividades educativas por estudantes e profissionais da educação que estejam em lugares e tempos diversos (BRASIL, 2017, p. 1).

Ele trouxe em seu bojo (Artigo 2º) a possibilidade de oferta de cursos na modalidade a distância para a educação básica e superior. E, o MEC em 14 de setembro de 2017, aprovou o Parecer 462/2017 CNE/CES do Conselho Nacional de Educação concedendo novíssimas regras para cursos de Pós-Graduação *stricto sensu*, inovando em vários tópicos, e permitindo, consoante Artigo 3º do Parecer, que os cursos de Mestrado e Doutorado possam ser feitos a distância.

Ele, também, ampliou o leque das atividades presenciais (tutoriais, avaliações, estágios, práticas profissionais e de laboratório e defesa de trabalhos, previstas nos projetos pedagógicos ou de desenvolvimento da instituição de ensino e do curso), além de permitir que estas possam ser realizadas na sede da instituição de ensino, nos polos de educação a distância, bem como em ambiente profissional, conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais.

O Decreto 9.057, de 2017, definiu em seu Artigo 8º que a competência para autorização da oferta de cursos a

distância na educação básica é das autoridades dos sistemas de ensino estaduais, municipais e distrital, no âmbito da unidade federativa. Entende-se como ensino básico os seguintes níveis e modalidades: ensino fundamental; ensino médio; educação profissional técnica de nível médio; educação de jovens e adultos; e educação especial.

No caso da oferta de educação a distância para o ensino fundamental, esta ocorrerá somente em situações emergenciais e, refere-se a pessoas que: estejam impedidas, por motivo de saúde, de acompanhar o ensino presencial; se encontrem no exterior, por qualquer motivo; vivam em localidades que não possuam rede regular de atendimento escolar presencial; sejam transferidas compulsoriamente para regiões de difícil acesso, incluídas as missões localizadas em regiões de fronteira; ou estejam em situação de privação de liberdade.

Decreto 9.057/2017 regulamenta, em seu Capítulo III, as normas para credenciamento e credenciamento institucional, de autorização, de reconhecimento e de renovação de reconhecimento de cursos superiores na modalidade a distância, tanto de instituições de ensino superior privada como públicas.

Nele também foi instituída a oferta de programas de pós-graduação *stricto sensu* na modalidade a distância, desde que recomendado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes,

observadas as diretrizes e os pareceres do Conselho Nacional de Educação.

A oferta de cursos semipresenciais no Brasil foi regulamentada inicialmente pela Portaria do MEC nº 4.059, de 10 de dezembro de 2004, esta, legislava sobre a possibilidade de se ofertar até 20% da carga horária dos cursos superiores a distância. Posteriormente, em 2016, esta portaria foi revogada pela Portaria nº 1.134, de 10 de outubro de 2016, que estabeleceu novas regras para a oferta de até 20% da carga horária de cursos superiores na modalidade a distância. Esta Portaria garante que instituições de ensino superior que possuam pelo menos um curso de graduação reconhecido poderão introduzir, na organização pedagógica e curricular de seus cursos de graduação presenciais regularmente autorizados, a oferta de disciplinas na modalidade a distância.

Esta portaria deixou mais claro o que significa a oferta de 20% a distância em cursos presenciais, ou seja, as disciplinas que podem ser ofertadas na modalidade a distância em cursos superiores presenciais poderão ser ofertadas, integral ou parcialmente, desde que esta oferta não ultrapasse 20% da carga horária total do curso, mantendo-se a obrigatoriedade de avaliações presenciais. Contudo, a oferta de disciplinas na modalidade a distância, deverão ser inseridas no projeto pedagógico dos cursos presenciais.

Essa oferta deverá ser baseada no uso de TIC, como descrito em seu Artigo 2º:

Art. 2º A oferta das disciplinas previstas no Art. 1º deverá incluir métodos e práticas de ensino-aprendizagem que incorporem o uso integrado de tecnologias de informação e comunicação para a realização dos objetivos pedagógicos, bem como prever encontros presenciais e atividades de tutoria. Parágrafo único. Para os fins desta Portaria, entende-se que a tutoria das disciplinas ofertadas na modalidade a distância implica na existência de profissionais da educação com formação na área do curso e qualificados em nível compatível ao previsto no projeto pedagógico (BRASIL, 2016b, p. 21).

O Parecer do Conselho Nacional de Ensino/Câmara de Ensino Superior nº 1, de março de 2016 (CNE CES Nº 1/2016), estabeleceu as diretrizes e as normas nacionais para a oferta de programas e cursos de educação superior na modalidade a distância, servindo de base para as políticas e processos de avaliação e de regulação dos cursos e das Instituições de Educação Superior (IES) no âmbito dos sistemas de educação. Entre estas diretrizes pode-se destacar a responsabilidade pela definição dos currículos, metodologias e elaboração de material didático; pela orientação acadêmica dos processos pedagógicos; pelos sistemas de acompanhamento e da avaliação da aprendizagem, assim como pela formação e gestão dos profissionais da educação (professor, gestor e tutor). Os materiais didáticos e os sistemas de acompanhamento e de avaliação de aprendizagem, são elementos constitutivos

dos cursos superiores na modalidade EaD, sendo obrigatória sua previsão e detalhamento, respeitadas as condições de acessibilidade definidas na legislação pertinente.

Outro marco da legislação que não pode ser esquecido foi o Decreto nº 5.800, de 8 de junho de 2006, que dispõe sobre o sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) e que, sem dúvida, foi um dos maiores incentivadores da interiorização da educação superior por meio da oferta de cursos a distância nas instituições públicas de ensino superior brasileiras. Apesar da criação da Universidade Aberta do Brasil só ter ocorrido em 2006, com certo atraso em relação ao resto do mundo, tentativas no sentido de criá-la já haviam sido feitas bem antes.

Com a implantação da UAB, “[...] o governo federal traz para si certas responsabilidades e, por conseguinte, exigências legais e parâmetros de qualidade passam a compor as preocupações dos responsáveis pela educação nacional [...]” (MILL, 2011, p. 281). Então, a Secretaria de Educação a Distância (SEED) do Ministério de Educação do Brasil (MEC) editou as “Referenciais de Qualidade para a Educação Superior a Distância”, que, embora não tenham força de lei, serão um referencial norteador para subsidiar atos legais do poder público no que tange aos processos específicos de regulação, supervisão e avaliação da EaD.

O SISTEMA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL



O sucesso alcançado pela criação da *Open University* (OU), do Reino Unido, no início da década de 1970, teve repercussão em todo o mundo, e a partir daí vários países criaram suas universidades abertas baseadas nesse modelo. No Brasil não foi diferente, pois, baseados no sucesso do novo modelo de educação, alguns parlamentares, entusiasmados, propuseram projetos de lei para a criação de uma instituição de ensino semelhante à OU, no país.

A primeira proposta foi feita em 1972, mas essa foi arquivada por unanimidade, apesar do reconhecimento, pelos parlamentares, do “inegável mérito” do projeto. Na verdade, essa primeira proposta não propunha a criação de uma universidade aberta propriamente dita, mas propunha que fosse permitida a frequência livre, pelos alunos, em cursos universitários.

Em 1974, surge efetivamente uma iniciativa de instituir uma Universidade Aberta no Brasil, por meio do projeto de lei nº 1.878. A proposta entendia por Universidade Aberta a Distância como uma instituição de nível superior cujo ensino fosse ministrado por meio de processo de comunicação a distância (ALVES, 2009). Esse projeto não

foi adiante, pois a Conselho Federal de Educação (CFE), em seu parecer, indicou que a iniciativa para a implantação de uma Universidade Aberta deveria ser do Ministério da Educação, e na época já havia sido instituído um grupo de trabalho com o objetivo de elaborar um projeto de Universidade Aberta para o país. O projeto, que deveria ter sido levado a cabo por esse grupo de trabalho, não ficou pronto, e o projeto de lei 1.878/1974 de autoria do governo foi arquivado.

Depois de 1974, outras tentativas de criação de uma Universidade Aberta no país foram feitas, mas não obtiveram êxito,

[...] tendo em vista a orientação do CFE, que insistia em afirmar que “a criação de um sistema tão complexo e original de ensino superior exigia planejamento lúcido e rigoroso de pessoas que tenham plena consciência da filosofia que inspira a Universidade Aberta” (ALVES, 2009, p. 12).

Vários anos se passaram até que, em 2005, o Ministério da Educação, em parceria com a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES) e as Instituições participantes do Fórum das Estatais pela Educação, criaram o sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), o qual tem como foco o apoio às Políticas Públicas e à Gestão da Educação Superior.

O sistema UAB foi oficializado pelo Decreto nº 5.800, de 8 de julho de 2006, ao instituir em seu Artigo 1º “[...] o Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB, voltado para

o desenvolvimento da modalidade de educação a distância, com a finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no País.” Os objetivos do sistema UAB ficam explícitos nos incisos de I a VII do parágrafo único:

Parágrafo único. São objetivos do Sistema UAB:

I - oferecer, prioritariamente, cursos de licenciatura e de formação inicial e continuada de professores da educação básica;

II - oferecer cursos superiores para capacitação de dirigentes, gestores e trabalhadores em educação básica dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

III - oferecer cursos superiores nas diferentes áreas do conhecimento;

IV - ampliar o acesso à educação superior pública;

V - reduzir as desigualdades de oferta de ensino superior entre as diferentes regiões do País;

VI - estabelecer amplo sistema nacional de educação superior a distância;

VII - fomentar o desenvolvimento institucional para a modalidade de educação a distância, bem como a pesquisa em metodologias inovadoras de ensino superior apoiadas em tecnologias de informação e comunicação.

No sistema UAB destacam-se a articulação e a integração entre instituições de ensino superior, municípios e estados, visando à democratização, à expansão e à interiorização da oferta de cursos superiores públicos e gratuitos no país, bem como o desenvolvimento de projetos de pesquisa e de metodologias inovadoras de ensino, preferencialmente para a área de formação inicial e continuada para professores da educação básica (MOTA, 2009), com vistas ao cumprimento da meta do Plano Nacional de Educação (PNE).

“A UAB nasceu, inicialmente, como um projeto, mas rapidamente tornou-se um robusto programa de formação; um sistema de formação em nível superior” (MILL, 2009, p. 280). A sua implantação trouxe para o país notáveis benefícios para a EaD, que passou a receber incentivos significativos do governo para o fomento da implantação da educação a distância em instituições públicas, pois, antes de sua implantação, as experiências mais significativas encontravam-se na iniciativa privada.

A Universidade Aberta do Brasil é um sistema gerenciado pelo Governo Federal para apoiar a formação superior, prioritariamente de professores do ensino básico. O sistema propicia a articulação, a interação e a efetivação de iniciativas que estimulam a parceria entre governo federal e os governos municipais e estaduais, como demonstrado no modelo apresentado na Figura 2.

Figura 2 – Modelo de Parceria do Sistema Universidade Aberta do Brasil



Fonte: Adaptado de (MILL, 2011, p. 282)

Ela não é uma universidade, mas, sim, um sistema articulado entre várias instituições públicas de ensino superior para possibilitar que seja levado “ensino público de qualidade a cidadãos, residentes em municípios brasileiros que não possuem cursos de formação superior ou cujos cursos ofertados não atendam adequadamente os interessados da região” (MILL, 2011, 282).

Segundo a Capes (UAB, 2013), o sistema UAB tem como expandir, ampliar e interiorizar, no país, a oferta de cursos e programas de educação superior pública, criando centros

de formação permanente por meio dos polos de apoio presencial e tendo como foco a formação por meio de

[...] cursos de licenciatura e formação inicial de professores da educação básica, capacitação de dirigentes, gestores e trabalhadores em educação básica, a oferta de cursos superiores nas diferentes áreas do conhecimento e a constituição de um “amplo sistema nacional de educação superior a distância” (GOMES, 2009, p. 23).

Sua criação está baseada, segundo o portal da UAB (UAB, 2013), em cinco eixos fundamentais:

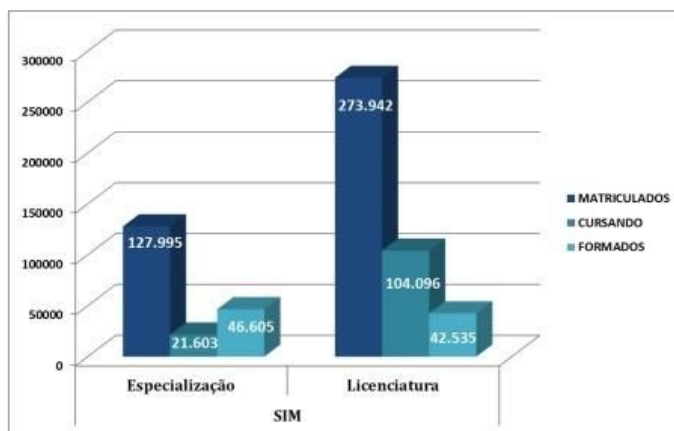
- expansão pública da educação superior, levando em conta os processos de democratização e de acesso;
- aperfeiçoamento dos processos de gestão das instituições de ensino superior (IES), possibilitando sua expansão em consonância com as propostas educacionais dos estados e municípios;
- avaliação da educação superior a distância, baseada nos processos de flexibilização e regulação implantados pelo MEC;
- estímulo à investigação em educação superior a distância no país;
- financiamento da implantação, execução e formação de recursos humanos em educação superior a distância.

O sistema UAB é financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). O programa recebe apoio do governo, com

investimentos na capacitação de pessoal para atuar na EaD, na compra e na produção de material didático, bem como na produção de sistemas de aprendizagem *on-line*.

O sistema UAB é uma ampla articulação entre instituições de ensino superior (IES), estados e municípios e o MEC, intermediada pela CAPES. A proposta do sistema UAB é bem ousada, principalmente tendo em vista os números envolvidos. Segundo dados da DES/Capes (BRASIL, 2018), entre os anos de 2005 a 2017, o sistema UAB formou 89.140 alunos, sendo 46.605 em cursos de especialização, 42.535 em cursos de licenciatura. E, possui 125.699 alunos participando dos cursos ofertados pelas diversas Instituições de Ensino Superiores financiadas pelo sistema.

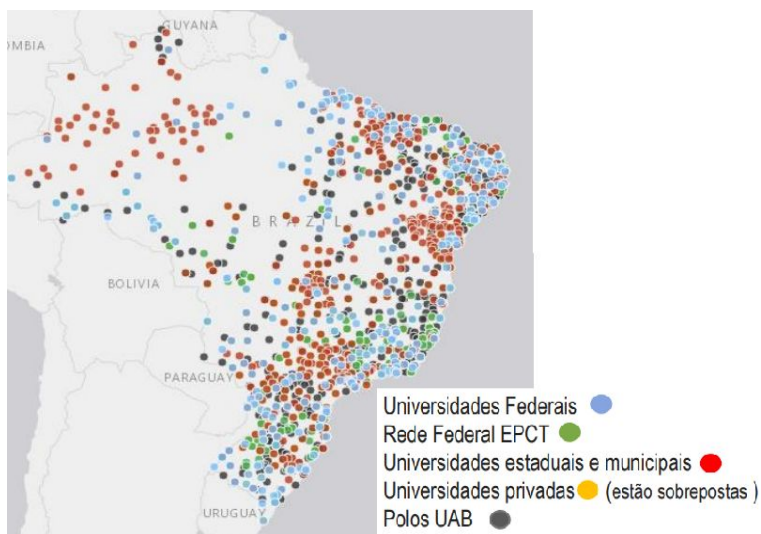
Figura 3 – Alunos no sistema UAB entre 2005 e 2017



Fontes: Censo do Ensino Superior 2015 – Inep (atualizado em 12/04/2017) (BRASIL, 2018)

Segundo Informações da página da DED/Capes, hoje são ofertados 800 cursos sob a responsabilidade de 109 instituições de ensino superior, com experiência e tradição na oferta de cursos presenciais, cabendo aos municípios e estados a implantação e a manutenção dos 771 polos de apoio presencial (dados atualizados em janeiro de 2018). Destes 681 polos de apoio presencial encontram-se ativos e distribuídos nas cinco regiões geográficas do Brasil, sendo 69 localizados na região norte, 208 na região nordeste, 210 na região sudeste, 137 na região sul e 57 na região centro-oeste.

Figura 4 - Distribuição geográfica dos polos de apoio presencial do sistema UAB



Fontes: Mapa dos Polos UAB – Capes (atualizado em 12/04/2017)

Os polos estão estrategicamente localizados em microrregiões e municípios com pouca ou nenhuma oferta de educação superior. No mapa da Figura 4, há uma demonstração visual da distribuição dos polos de apoio presencial nas cinco regiões geográficas do Brasil.

O modelo da Universidade Aberta do Brasil incentiva a colaboração entre a União e os entes federativos, estimulando a criação de centros permanentes de formação por meio dos polos de apoio presencial, localizados em pontos estratégicos espalhados em todos os estados da federação. Neles, está sendo implantada a semente da universidade pública de qualidade em locais distantes e isolados, incentivando o desenvolvimento de municípios com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e baixo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Dessa maneira, esse modelo funciona como um eficaz instrumento para a democratização do acesso ao ensino superior e a requalificação dos professores em outras disciplinas, fortalecendo a escola no interior do país, reduzindo a concentração de oferta de cursos de graduação nas grandes cidades e evitando o fluxo migratório para os grandes centros urbanos (UAB, 2013).

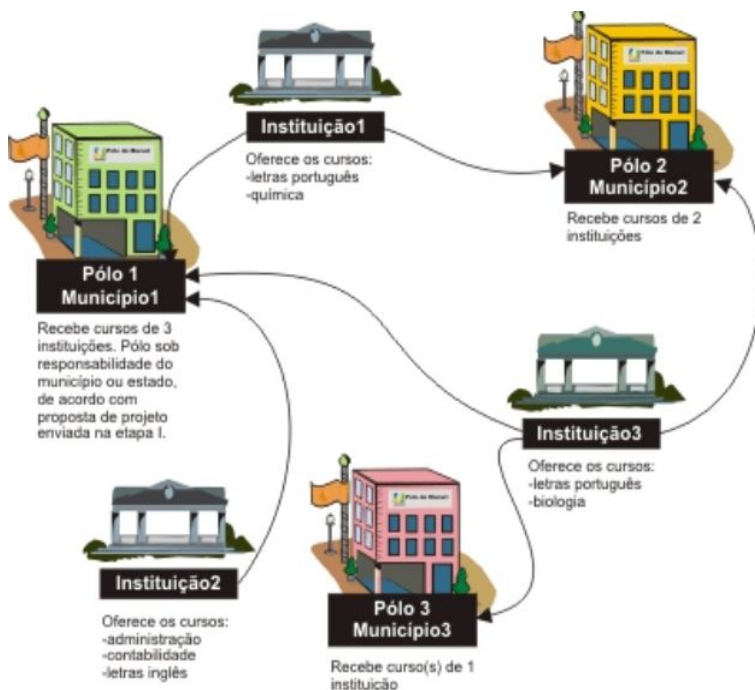
As propostas de cursos, no âmbito da UAB, são articuladas por meio de editais públicos, dos quais somente instituições públicas de ensino superior podem participar. O primeiro edital divulgado, conhecido como UAB1, foi publicado em 20 de dezembro de 2005, e, apesar de ter permitido a concretização do Sistema UAB, nele só foi

aceita a participação de instituições públicas federais. Já no segundo edital, o UAB2, publicado em 18 de outubro de 2006, esse quesito foi modificado para permitir a participação de todas as instituições públicas, inclusive as estaduais e municipais, o que possibilitou que pudessem, então, oferecer cursos superiores financiados pelo sistema UAB (UAB, 2013).

Para atender às demandas locais por educação superior, o modelo de articulação do Sistema UAB estabelece quais instituições oferecem quais cursos em quais polos. Assim, “Esse modelo de articulação propicia bastante liberdade para exploração das potencialidades da parceria” (MILL, 2011, p. 284).

A Figura 5 sintetiza a base de funcionamento entre IES-Polos (UAB, 2013) e nela pode ser observado que um mesmo polo de apoio presencial pode receber um ou mais cursos de uma mesma instituição e cursos de instituições diferentes; e, também, que uma instituição pode estabelecer parceria para oferecer um ou mais cursos em vários polos. Destaca-se, também, que as instituições públicas que atuam nos polos de apoio presencial são responsáveis pela execução das atividades acadêmicas dos cursos nos polos, bem como pela expedição dos diplomas aos concluintes dos mesmos.

Figura 5 – Articulação entre IES e polos de apoio presencial



Fonte: Portal da UAB (UAB, 2013).

O polo de apoio presencial é parte integrante do sistema UAB, sendo que o Decreto nº 5.800, de 8 de junho de 2006, define-o como uma unidade operacional para apoiar o desenvolvimento descentralizado de atividades pedagógicas e administrativas relativas aos cursos e programas ofertados pelas instituições públicas de ensino superior a distância, cabendo aos governos estaduais e municipais a responsabilidade pela construção e manutenção desses. De acordo com esse Decreto, o polo de

apoio presencial é concebido como um espaço físico que deve ter disponíveis, além de uma infraestrutura apropriada, recursos humanos adequados à realização das etapas presenciais dos cursos e programas do Sistema UAB (BRASIL, 2006).

O polo de apoio presencial também pode ser entendido como "local de encontro", onde ocorrem os momentos presenciais, o acompanhamento e a orientação para os estudos, as práticas laboratoriais e as avaliações presenciais. Como ambiente de estudos, o polo de apoio presencial, no sistema UAB, deve prever a disponibilidade de acervo bibliográfico, laboratórios pedagógicos, salas de tutoria, de coordenação do polo e de secretaria acadêmica, além de salas de aula e outros espaços importantes ao processo de ensino-aprendizagem.

Objetivando a atender aos cursos da UAB, o polo de apoio presencial deve ter uma configuração mínima baseada no modelo proposto pelo MEC/SEED (UAB, 2013). Pelas orientações do MEC/SEED, a configuração mínima de um polo de apoio presencial da UAB deve contemplar:

- localização de fácil acesso, ser bem atendido por transporte coletivo e possuir segurança;
- disponibilidade de espaços físicos suficientes para atender às necessidades dos cursos, condizente com o número de turmas e alunos;

- mobiliários adequados para os objetivos pedagógicos dos cursos;
- equipamentos de informática, telecomunicação, conexão à Internet e outras tecnologias similares essenciais ao bom andamento dos cursos;
- acervo bibliográfico coerente com as necessidades dos cursos atendidos;
- recursos humanos capazes de gerirem o polo, tendo em vista o atendimento aos estudantes por meio de tutores presenciais, apoio à biblioteca, laboratórios pedagógicos e de informática, e serviços gerais;
- apoio dos municípios, especialmente na busca da sustentabilidade financeira do polo e de outras melhorias.

Segundo Mill (2011, p. 284), “[...] as condições do polo são essenciais aos parâmetros de qualidade das atividades de formação de EAD e afetam diretamente os objetivos do curso e o desempenho dos estudantes da UAB”. Sendo assim, os polos de apoio presencial devem possuir horários de atendimento diversificados para poder atender a estudantes trabalhadores com horário disponível reduzido, e devem, se possível, funcionar durante todos os dias úteis da semana, incluindo sábado, nos três turnos.

A Universidade Aberta do Brasil é, sem dúvida, um sistema ousado de formação em nível superior, o qual só é possível, em função de suas dimensões, abrangência,

objetivos, parcerias e público-alvo, graças à modalidade escolhida. Além disso, ela traz consigo diversas possibilidades de repensar a prática pedagógica e a democratização do conhecimento. Por tudo isso, a UAB merece ser reconhecida e respeitada pela sua grande contribuição ao desenvolvimento da educação a distância no Brasil.

A REDE E-TEC BRASIL



No período de 2002/2012 houve a implementação de diversas políticas públicas que visavam à qualificação da mão-de-obra especializada com o objetivo de manter e subsidiar o desenvolvimento da economia do país.

A Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), do Ministério da Educação (MEC), vem somando esforços visando à construção e à consolidação de um sistema que contribua para ampliação de vagas na educação técnica e profissional também por meio da Educação a Distância. Entre estes esforços pode-se destacar: o Programa de Educação de Jovens e Adultos - Proeja, o projeto Mulheres Mil (formação profissional para mulheres em situação de risco social) e a Rede e-Tec Brasil.

O Sistema Escola Técnica Aberta do Brasil (e-Tec Brasil) foi lançado em 2007, por meio do Decreto de nº 6.301/2007, e, a partir do Decreto 7.589/2011, ficou instituída a Rede e-Tec Brasil, que passou a ter como integrantes, além das Instituições Públicas de Ensino Federais e Estaduais, os Serviços Nacionais de Aprendizagem, que ofertam cursos de educação profissional e tecnológica (BRASIL, 2016). E, também, os cursos ofertados em parceria com a rede devem seguir as orientações do Pronatec (COSTA, 2015).

Em 2015, com a publicação das Portarias nº 817, de 13 de agosto de 2015, e nº 1.152, de 22 de dezembro 2015, houve nova alteração no funcionamento da Rede e-Tec Brasil, destacando que: "Desde então, a oferta de cursos é feita mediante Mapa de Demanda Identificada (MDI), ou seja, de acordo com as necessidades locais de capacitação levantadas pelas Secretarias Estaduais de Educação e Ministérios parceiros" (REVISTA FNETEC, 2017).

Figura 6 – Estrutura Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego



Fonte: Oliveira (2013)

Em 2015, com a publicação das portarias nº 817, de 13 de agosto de 2015, e nº 1.152, de 22 de dezembro 2015, houve nova alteração no funcionamento da Rede e-Tec Brasil. "Desde então, a oferta de cursos é feita mediante Mapa de Demanda Identificada (MDI), ou seja, de acordo

com as necessidades locais de capacitação levantadas pelas Secretarias Estaduais de Educação e Ministérios parceiros" (REVISTA FNETEC, 2017).

A rede e-Tec Brasil tem a finalidade de ampliar e democratizar o acesso à Educação Profissional e Tecnológica, na modalidade de Educação a Distância (EaD), pública e gratuita no país

[...] levando a educação técnica a lugares distantes, ampliando e democratizando o acesso a cursos de qualificação, que sejam capazes de promover nos atores envolvidos, competências nas diferentes dimensões do saber, e onde haja a melhoria na qualificação profissional (BRASIL, 2017).

Aqui vale destacar que, antes de 2007, já ocorria no país a oferta de cursos profissionalizantes a distância, mas a Rede e-Tec Brasil foi a primeira iniciativa de apoio à oferta de cursos on-line desenvolvidos nos moldes formais do MEC.

A assistência financeira à Rede e-Tec Brasil é atribuída ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), e, o uso dos recursos repassados às instituições deve ocorrer de forma profícua, como forma de atender aos princípios da eficiência e economicidade na administração pública. O Sistema UAB e a Rede e-Tec, mediante a aprovação de planos de trabalhos anuais, custeiam o desenvolvimento dos cursos e o pagamento de bolsas de pesquisa para os profissionais, professores e tutores que atuam em seus cursos.

A oferta dos cursos na Rede e-Tec Brasil encontra-se alinhada às políticas públicas de educação profissional do MEC e visa a proporcionar a qualificação e a inclusão dos jovens brasileiros “[...] no mundo do trabalho, fortalecendo as possibilidades de permanência e continuidade nos estudos” (BRASIL, 2016, p. 6). Este programa passou a assumir, também, “[...] o fomento a oferta dos cursos do Profucionário, que consiste em uma política de formação em serviço aos profissionais não docentes que atuam nas escolas de educação básica de nosso país” (BRASIL, 20016, p. 6).

A Rede e-Tec Brasil, além de apoiar ações ligadas à EaD que envolvam a formação inicial e continuada (FIC) ou a qualificação profissional, também, apoia a oferta de “[...] educação profissional de nível médio; educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação; produção de material didático para educação profissional a distância e pesquisas relacionadas com educação a distância” (BRASIL, 2016, p. 6).

Para atender à demanda do Pronatec e aos objetivos estabelecidos no Decreto nº 7.589/2011 e nas Portarias Ministeriais/MEC nº 817 e nº 1152/2015, as seguintes ações poderão ser desenvolvidas pela Rede e-Tec Brasil (Brasil, 2016):

- oferta de cursos técnicos em suas diversas formas (concomitante, subsequente, integrada-EJA);

- oferta de cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional, previstos no Guia PRONATEC de cursos FIC¹;
- oferta de cursos técnicos previstos nos Eixos Tecnológicos do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos;
- oferta de cursos de idiomas, no âmbito do e-Tec Idiomas;
- oferta de cursos superiores de tecnologia (CST), previstos no Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia²;
- oferta de cursos de pós-graduação (aperfeiçoamento, *lato e stricto sensu*), preferencialmente, para docentes da educação profissional e tecnológica, no âmbito da educação profissional, científica e tecnológica - EPCT, na modalidade a distância;
- desenvolvimento e produção de material didático pedagógico para educação profissional;
- desenvolvimento de pesquisas para subsidiar as instituições na gestão administrativa e pedagógica para a oferta dos cursos, no âmbito da Rede.

Para a oferta de cursos EaD na Rede e-Tec Brasil, além dos requisitos documentais é necessário que o ofertante tenha “polos de apoio presencial” habilitados para execução dos cursos. Os polos de apoio presencial são as unidades operacionais para o desenvolvimento descentralizado de

¹ O guia PRONATEC de cursos FIC está disponível em:
<http://pronatec.mec.gov.br/fic/>

² O Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia está disponível em:
<http://seres.mec.gov.br/consultapublica/?pagina=catalogo>

atividades pedagógicas e administrativas relativas aos cursos, sendo estes instalados preferencialmente em: escolas públicas municipais, estaduais e do Distrito Federal; Instituições públicas que ofertam cursos de educação profissional e tecnológica; e unidades de ensino dos serviços nacionais de aprendizagem.

No final de 2017, ano em que completou 10 anos, a rede e-Tec Brasil estava presente em todo o território nacional, com mais de 400 instituições, que já ofertaram mais de 450 mil vagas. Além disso, ela conta com 2864 polos de apoio presencial, em uma parceria entre União, estados e municípios, além de 46 unidades de laboratórios móveis. Neste período, já atingiu a marca de 600 mil alunos formados em todo o país (REVISTA FNETEC, 2017).

O Sistema UAB e a Rede e-Tec Brasil, mediante a aprovação de planos de trabalhos anuais, custeiam o desenvolvimento dos cursos e o pagamento de bolsas de pesquisa para os profissionais, professores e tutores que atuam em seus cursos.

REFERÊNCIAS

ALVES, J. R. M., A História da EAD no Brasil. In: LITTO, F.M.; FORMIGA, M. (Org.). **Educação a Distância: o estado da arte. Vol. 1.** São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009. p. 09-13.

ARETIO, L. G. **La Educación a distancia: de la teoría a la práctica.** Barcelona: Ariel, 2002.

BRASIL, **Decreto nº 5.622**, de 19 de dezembro de 2005. Diário Oficial [da] República do Brasil, Brasília, 20 dez. 2005. Seção 1, p. 1 a 4.

____. **Decreto n. 5.800**, de 8 de junho de 2006. Dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil. 2006.

____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** 1996.

____. **Portaria Normativa do Ministério da Educação nº 4.059**, de 10 de dezembro de 2004. Diário Oficial [da] República do Brasil, Brasília, 13 dez. 2004. Seção 1, p. 32-33.

____. **Manual de Gestão da Rede e-Tec Brasil e do Profucionário.** Versão Preliminar 1.2 de Abril de 2016. Brasília, DF, 2016a.

____. **Portaria Normativa do Ministério da Educação nº 1.135**, de 10 de outubro de 2016. Diário Oficial [da] República do Brasil, Brasília, 11 out. 2016b. Seção 1, p. 21.

____. **Rede e-Tec Brasil - Apresentação.** Ministério da Educação. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/rede-e-tec-brasil>>. Acesso em 24 mai. 2017.

____. **Decreto nº 9.057**, de 25 de maio 2017. Diário Oficial [da] República do Brasil, Brasília, 25 mai. 2017.

____. Portal do Ministério da Educação. **Política Nacional de Formação de Professores.** Disponível: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=dow

nload&alias=74041-formacao-professor-final-18-10-17-pdf&category_slug=outubro-2017-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 10 jan. 2018.

COSTA, R. L. da. **Educação Profissional Técnica de Nível Médio a Distância**: estudo da mediação docente no modelo da rede e-Tec Brasil na rede federal. Tese (doutorado) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação. Goiânia. 2015.

FARIA, J. G. **Gestão e Organização da Educação a Distância em Universidade Pública**: Um Estudo Sobre a Universidade Federal de Goiás. Goiânia: Tese de doutorado. Departamento de Educação. UFG. 2011.

FORMIGA, M. A terminologia da EAD. *In*: LITTO, F.M.; FORMIGA. M. (Org.). **Educação a Distância: o estado da arte. Vol. 1**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009. p. 39-46.

GOMES, C. A. C. A legislação que trata da EAD *In*: LITTO, F. M.; FORMIGA. M. (Org.). **Educação a Distância: o estado da arte. Vol. 1**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009. p. 21-27.

LÉVY, P. **Cibercultura**. Tradução de Costa, C. I. São Paulo: Editora 34, 2000, 264 p. (Coleção TRANS)

MACHADO DE SOUSA, E. C. B. Panorama internacional da educação a distância. **Em Aberto**, Brasília, v. 16, n. 70, p. 9-16, abr.-jun. 1996.

MAIA; C., MATTAR, J. **ABC da EaD**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

MATTAR, J. **Guia de educação a distância**. São Paulo: Cengage Learning: Portal Educação, 2011.

____. Interatividade e aprendizagem. *In*: LITTO, F. M.; FORMIGA. M. (Org.). **Educação a Distância: o estado da arte**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009, p. 112-120.

MILL, D. Ensino e aprendizagem na educação virtual: noções elementares para educadores e gestores. *In*.: MILL, D; MACIEL, C. (Org.) **Educação a Distância**: elementos para pensar o ensino-aprendizagem contemporâneo. Cuiabá: EdUFMT, 2013. 2013.

____. A Universidade Aberta do Brasil. *In*: LITTO, F. M.; FORMIGA. M. (Org.). **Educação a Distância: o estado da arte. Vol. 2.** São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2011. p. 280-291.

MOORE; M. G, KEARSLEY, G. **Educação a distância: uma visão integrada.** São Paulo: Thonson Learning, 2007.

MORAN, J. M. **O que é educação a distância.** Texto disponível em 2002. *In*: Educação Humanista Inovadora. Disponível em: <www.eca.usp.br/moran/dist.htm>. Acesso em: 21 de janeiro 2013.

MOTA, R, Universidade Aberta do Brasil. *In*: LITTO, F. M.; FORMIGA. M. (Org.). **Educação a Distância: o estado da arte. Vol. 1.** São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009. p. 297-303.

NUNES; I. B. A história da EaD no mundo. *In*: LITTO, F.M.; FORMIGA. M. (Org.). **Educação a Distância: o estado da arte. Vol. 1.** São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009. p. 2-8.

OLIVEIRA, M. A. de. **Pronatec:** Novas oportunidades de acesso ao ensino técnico e profissional. 2013. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/ce/seminarios-1/programa-nacional-de-acesso-ao-ensino-tecnico-e-emprego-pronatec>>. Acesso em: 25 jan. 2018.

PETERS, O. **A educação a distância em transição: tendências e desafios.** Trad. Leila Ferreira de Souza Mendes. São Leopoldo, RS: Unisinos, 2009.

REVISTA FNETEC. Natal: Ministério da Educação, v. 1, n. 1, 01 nov. 2017. Disponível em: <https://www.dropbox.com/s/p1q9v62gi1o0tbu/REVISTA_FNETEC_DIGITAL.pdf?dl=0>. Acesso em: 20 jan. 2018.

UAB. **Portal Universidade Aberta do Brasil.** UAB. Ministério da Educação. Disponível em: <www.uab.capes.gov.br>. Acesso em 25 fev. 2013.

VESCOVI NETTO, H.; NOBRE. I. A. M. Produção de Material Digital como Diferencial no Processo de Ensino-Aprendizagem. *In*: NOBRE, I. A. M. et al. (Org.). **Informática na Educação: um caminho de possibilidades e desafios.** Serra - ES: Ifes, 2011. p. 85-100.

Educação a Distância

A educação a distância não teve seu início com o advento da internet, como muitos pensam, ela tem uma trajetória longa e diversificada, que se iniciou há vários séculos na história da humanidade com o advento da escrita, que, para alguns autores, foi a precursora da EaD. Então ela não é algo novo, inovador ou diferente, o que a diferencia da que era praticada tempos atrás são os meios e recursos disponíveis em cada época. Este trabalho teve por objetivo fazer uma breve descrição sobre o que é a educação a distância e como esta se desenvolveu no Brasil. E traçar, também, uma pequena trajetória e a situação atual dos programas de governo Universidade Aberta do Brasil e Rede e-Tec Brasil, que apoiam, financiam e promovem a democratização do acesso à educação pública, gratuita e de qualidade para milhares de jovens e adultos nos mais diversos pontos do país.



Professora e pesquisadora do Instituto Federal do Espírito Santo, atuando nos programas de mestrado em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT) e Educação em Ciências e Matemática (EDUCIMAT). Doutora em educação, pela UNINORTE, Mestre em Informática e Especialista em Análise de Sistemas, pela UFES.

Engenheira de Petróleo e Administradora de Empresas, formada pela UVV, foi coordenadora da Universidade Aberta do Brasil no Ifes durante os anos de 2011 a 2013. Também participou dos programas Professores para o Futuro e Finnish Teacher Trainer, da SETEC, em parceria com as universidades finlandesas de HAMK e TAMK. Suas pesquisas se concentram nas áreas de: Metodologias Ativas, Educação e Tecnologia, Informática na Educação e Gestão da EaD.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-924550-0-2



9 788592 455002